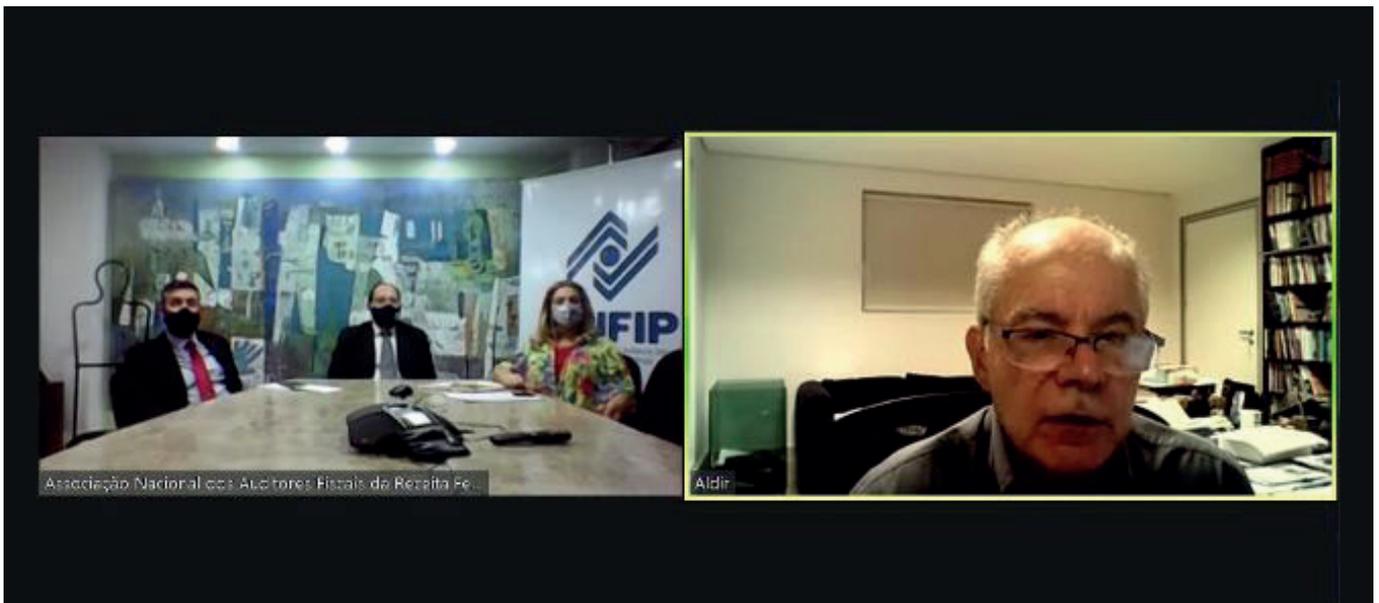


Sem proposta da PRU, ANFIP busca nova via de negociação



Com a ausência de proposta de acordo por parte da Procuradoria Regional da União (PRU), referente à parcela controversa das diferenças da Gratificação por Desempenho de Atividade Tributária (GDAT) em relação aos beneficiários da Entidade, a ANFIP dará continuidade a tratativas junto à Câmara de Conciliação da Administração Federal – CCAF, unidade da Advocacia Geral da União responsável por evitar que os conflitos envolvendo órgãos e entidades da administração pública prossigam na Justiça. A ANFIP espera que a CCAF promova o entendimento necessário para que a PRU ofereça um acordo viável a fim de que os associados possam usufruir

de seus direitos.

A decisão foi tomada em reunião na quarta-feira (25/11) entre o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, com o advogado Aldir Passarinho, oportunidade em que o advogado relatou que as conversas com a PRU não evoluíram. “A pessoa encarregada avisou que foram feitas mudanças na AGU, fruto da troca de titularidade, e estaria havendo alteração interna por conta disso”, informou Passarinho.

A avaliação do advogado é que já houve tempo suficiente para que a PRU oferecesse um acordo e, em não tendo feito, é necessário seguir

em uma nova frente, tendo em vista a urgência de os associados receberem, em vida, o que lhes é devido. Passarinho alertou que, ainda que haja essa movimentação por um acordo, em nada interfere no andamento da ação. “Os prazos estão correndo. Vamos fazer a impugnação dos recursos da União antes do prazo, a fim de dar celeridade ao andamento do processo. Sendo assim, os agravos, tanto da ANFIP quanto da União, seguem para o Superior Tribunal de Justiça normalmente”, destacou.

Décio Lopes informou que é de total interesse da ANFIP que os associados que precisam desses recursos atinjam o objetivo final, que é o direito de receber.

Festividade de fim de ano terá sorteio de prêmios
Página 2

Você sabe o que é a *amicus curiae*?
Página 5

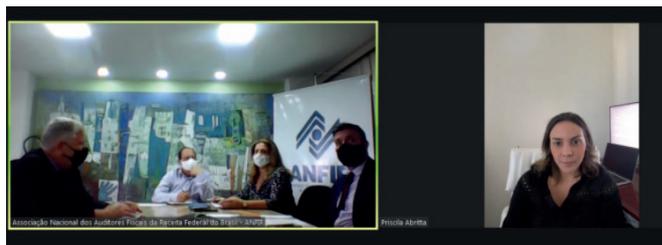
ANFIP apresenta demandas de associados à Decipex
Página 10

ANFIP analisa ajustes contratuais e andamento de ações com escritório de advocacia

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e a vice-presidente de Assuntos Jurídicos, Maria Beatriz Fernandes Branco, solicitaram aos advogados José Pinto da Mota Filho e Priscila Abritta, da Mota & Advogados Associados, a revisão e atualização dos termos do contrato firmado entre as duas partes. Também participou da reunião, realizada na terça-feira (24/11), o advogado Rodrigo Cartafina.

O objetivo principal da reunião foi adequar os contratos às recomendações do Conselho Fiscal. Mota explicou vários pontos, informou que analisará os termos detalhadamente e ajustará o que for possível, em minuta a ser encaminhada à Entidade.

Com a retomada gradual das atividades do Judiciário, a ANFIP também se inteirou das rotinas de trabalho do escritório e como será feito o acompanhamento dos trabalhos a partir de agora. Priscilla Abritta informou que, ainda que muitas áreas estejam retornando, os magistrados não estão atendendo de forma presencial. De qualquer forma, várias reuniões estão sendo feitas e o escritório está traçando estratégias para que os processos tramitem com celeridade.



A advogada também informou sobre o andamento dos processos dos 3,17% e 28,86%. Nos 3,17%, o Superior Tribunal de Justiça tem retomado a tramitação dos processos e, provavelmente ainda este ano, será feita a liberação dos precatórios inscritos em 2019. Já com relação às execuções dos 28,86%, cerca de 30 processos já estão com a execução transitada em julgada e o escritório vem realizando audiências mensais com o magistrado, já que a Procuradoria vem dificultando a marcha processual, alegando questões incidentais, mesmo após o trânsito em julgado, como a limitação territorial, incidência de abate-teto e até mesmo o índice de correção monetária, matérias já consolidadas na jurisprudência.

Participe da confraternização especial da ANFIP e concorra a prêmios



Não deixe de participar da confraternização especial de fim de ano da ANFIP. O evento virtual será realizado dia 17 de dezembro, das 15 às 17 horas, e contará com apresentações musicais e mensagens especiais.

Ao longo da programação também serão sorteados vários prêmios, entre eles, um notebook Lenovo Ideapad S145, uma Smart TV LED Full HD Sony de 50”, dois smartphones Samsung Galaxy A71, cinco vale-compras no valor R\$ 1.000 e dez no valor de R\$ 500, que poderão ser utilizados nas lojas Americanas, Submarino e Shoptime. Para concorrer aos brindes é necessário ser associado

da Entidade e se inscrever antecipadamente preenchendo a ficha de cadastro que será divulgada em breve. Contamos com a sua presença! Confira a pré-programação:

- 1- Abertura – apresentação musical
- 2- Pronunciamento da vice-presidente de Relações Públicas
- 3- Mensagem de autoridades
- 4- Felicitações de aniversário do presidente
- 5- Pronunciamento do presidente da ANFIP
- 6 - Mensagem de autoridades
- 7 - Apresentações musicais
- 8 - Mensagem de autoridades
- 9 - Pronunciamento do vice-presidente Executivo
- 10 - Mensagem de autoridades
- 11 - Apresentação musical
- 12 - Mensagem de autoridades
- 13 - Apresentação musical
- 14 - Mensagem de autoridades
- 15 - Pronunciamento do vice-presidente de Comunicação Social
- 16 - Apresentação musical
- 17- Encerramento
- 18- Apresentação musical

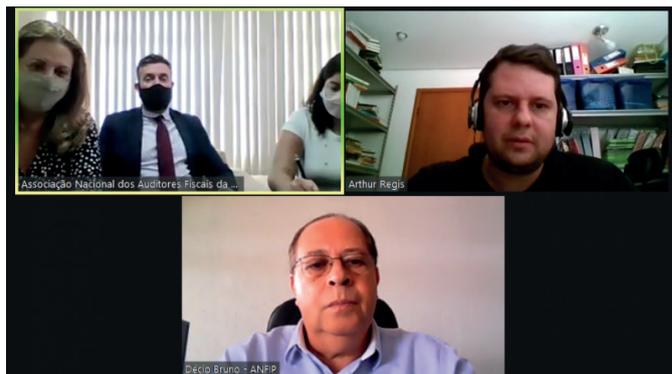
<p>Expediente Linha Direta</p>			
<p>Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907 Telefone: (61) 3251.8100 Whatsapp: (61) 98289.5150</p> <p>Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.</p> <p>Envie seus comentários sobre o Linha Direta para o email: comunicacao@anfip.org.br</p>	<p>DIRETOR RESPONSÁVEL Benedicto Cerqueira Seba</p> <p>EDITOR Ludmila Machado</p> <p>REPORTAGEM Daiana Lima, Ludmila Machado e Thayná Cavalcante.</p> <p>ESTAGIÁRIO Marina Rodrigues</p>		<p>EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA Gilmar Vitalino e Allan Vitalino</p> <p>CONSELHO EDITORIAL Décio Bruno Lopes Eucélia Maria Agrizzi Mergár Crésio Pereira de Freitas José Arinaldo Gonçalves Ferreira Benedicto Cerqueira Seba Cesar Roxo Machado</p>
www.instagram.com/anfipnacional	www.facebook.com/anfip.nacional	www.twitter.com/anfipnacional	www.youtube.com/anfipoficial

ANFIP alinha questões jurídicas sobre ações da LPA e GDAT

Na terça-feira (24/11), o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, reuniu-se com o setor Jurídico da Entidade, representado pela vice-presidente Maria Beatriz Fernandes Branco e pelo advogado Rodrigo Cartafina. A videoconferência contou, ainda, com a presença do calculista Francisco Kuser e do advogado Arthur Regis, tratando de questões referentes às ações da Licença Prêmio Acumulada (LPA) e às habilitações da Gratificação por Desempenho de Atividade Tributária (GDAT).

Na reunião virtual, sobre a ação da LPA, foram discutidas situações que favorecem a celeridade e eficiência nos processos. Optou-se por determinar estratégias baseando-se nos últimos precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e nas últimas manifestações da União, a fim de evitar futuros problemas e obter êxito nas ações pendentes. Para o início das execuções judiciais pendentes, foram traçadas estratégias de atuação, definindo os parâmetros para o encaminhamento dos cálculos.

Sobre as habilitações dos sucessores nas execuções



da GDAT, foi debatida nova logística para o recebimento de documentos, visando dar celeridade no processo. Vale ressaltar que os precatórios ainda se encontram bloqueados, pois a execução ainda não transitou em julgado.

Segundo Décio Bruno Lopes, a prioridade da ANFIP sempre será o associado, reafirmando a continuidade da intensa luta por seus direitos.

Você sabe o que é *amicus curiae*?

Após o recente ingresso da ANFIP como *amicus curiae* na ADI 6562, que tramita no Supremo Tribunal Federal e versa sobre o pagamento do Bônus de Eficiência, muitos associados têm entrado em contato com a Entidade com dúvidas a respeito do termo.

Amicus curiae (ou amigo da corte) é uma expressão em latim utilizada para designar uma instituição que tem por finalidade fornecer subsídios aos magistrados para decidirem questões de impacto.

O *amicus curiae* não é parte no processo, mas apenas uma espécie de assistente. Não pode recorrer (a não ser que seja da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas

repetitivas) e nem é condenado em honorários de sucumbência, mas pode oferecer razões escritas, juntar documentos e, inclusive, realizar sustentação oral na sessão de julgamento.

O art. 138 do Código de Processo Civil estabelece as prerrogativas da pessoa (natural ou jurídica), órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, que poderá ser admitida como *amicus curiae*.

A ANFIP, como entidade de classe, possui legitimidade para atuar nas Ações Direta de Inconstitucionalidade como *amicus curiae*. E, desta forma, irá exercer essa prerrogativa sempre que possível na defesa incessante dos direitos de seus associados.

Aspectos relevantes do PAD em debate na Live Série ANFIP

Na próxima quarta-feira (2/12), a Live – Série ANFIP debate “Aspectos Relevantes do PAD”. O evento será realizado a partir das 10 horas, nos canais da ANFIP no Youtube e no Facebook.

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, e os vice-presidentes Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos) e José Arinaldo Gonçalves Ferreira (Política de Classe e Política Salarial da ANFIP) recebem para o debate:

- Mauro Gomes de Mattos - Advogado - Gomes de Mattos Advogados Associados
- Ricardo Escobar - Advogado – Sócio fundador do Escritório Ricardo Escobar Advogados
- Marcos Salles Teixeira – Auditor Fiscal - Escritório de Corregedoria na 7ª RF

A mediação é do jornalista Sérgio Lerrer.

Assista aqui:

- [Facebook ANFIP](#)
- [Youtube ANFIP](#)

LIVE Série ANFIP

AGÊNCIA Servidores ANFIP

Aspectos Relevantes do PAD

 Dr. Mauro Gomes de Mattos Advogado - Gomes de Mattos Advogados Associados	 Dr. Ricardo Escobar Advogado - Sócio fundador do Escritório Ricardo Escobar Advogados	 Marcos Salles Teixeira Auditor-Fiscal - Escritório de Corregedoria na 7ª RF
 Décio Bruno Lopes Presidente da ANFIP	 Maria Beatriz Fernandes Branco Vice-presidente de Assuntos Jurídicos da ANFIP	 José Arinaldo Gonçalves Ferreira Vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial da ANFIP

2/12 QUARTA 10h

Facebook /anfip /agenciaservidores

Live ANFIP destaca função social dos tributos e importância de doação a fundos de idosos e da infância



Não existe Estado sem tributação e o tributo tem que ter função social. Essa é a conclusão de mais uma edição da Série Live ANFIP, realizada na quarta-feira (25/11), que abordou o tema “Doação para Fundos de Idosos, Infância e Adolescência e o direito à dedução no Imposto de Renda”. Representando a ANFIP, participaram o presidente Décio Bruno Lopes, o vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, César Roxo Machado, e a vice-presidente de Aposentadorias e Pensões, Tereza Liduína Santiago Félix.

Como palestrantes convidados, estiveram no evento o deputado federal Júlio César Ribeiro (Republicanos/DF), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Idosos; do secretário nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, Antonio Costa; do secretário nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Maurício José Silva Cunha; e do subsecretário de Tributação e Contencioso da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, Sandro de Vargas Serpa.

Décio Lopes, ao abrir o debate, ressaltou que é importante observar que

entre os fundamentos da Constituição brasileira estão a dignidade da pessoa humana, desenvolvimento social, erradicação da pobreza, promoção do bem-estar e a construção de uma sociedade livre, justa e solidária com a prevalência dos direitos humanos. “Portanto, é de extrema relevância a utilização da função social do tributo para que haja promoção destes fundamentos”, disse o presidente.

O **deputado Júlio César** destacou que o Fundo Nacional do Idoso, criado em 2010, pela Lei 12.213, é uma ferramenta fundamental para apoiar diversos projetos sociais e garantir a melhoria da qualidade de vida dos idosos. “Esses recursos devem ser aplicados, exclusivamente, nas ações, programas, projetos e atividades voltados ao atendimento da pessoa idosa, sob a orientação e supervisão dos Conselhos do Idoso, por meio de um plano de aplicação de recursos”, explicou. Segundo o parlamentar, o número de Fundos do Idoso que recebem as doações ainda é muito baixo, por falta de conhecimento da população, falta de regulamentação dos fundos existentes e por falta de interesse político das prefeituras municipais em

criar os Conselhos.

No mesmo sentido, o secretário **Antônio Costa** disse que o tema é extremamente importante, porém, pouco divulgado nas mídias. Ele relatou que a Secretaria tem investido esforços para ampliar os Fundos do Idoso pelo país: “A partir de 2019, temos dirigido as nossas ações para formação de conselhos, porque é dos conselhos que nascem os fundos. Quando assumimos a Secretaria, tínhamos pouco mais de mil conselhos cadastrados aqui conosco. Fechamos o ano de 2019, para 2020, com 2.976 conselhos.”

Sobre os Fundos da Infância e do Adolescente, o secretário **Maurício José Silva Cunha** falou da perspectiva dos programas como política finalística. “Eu vejo que, para o tecido social brasileiro, para a criança brasileira, é fundamental que nós fortaleçamos esse fundo”. Em relação ao contingenciamento dos valores, devido ao teto de gastos, Maurício Cunha frisou: “A sociedade doa de boa-fé, com a destinação fiscal, tem isenção em seu imposto [IR], então ela espera que esse recurso seja, de fato, alocado nessa política. É uma escolha da sociedade garantida em lei”. Atualmente, segundo ▶

o secretário, existem 2.700 fundos cadastrados.

Sandro Serpa, subsecretário de Tributação e Contencioso da RFB, também reforçou a necessidade de maior divulgação e incentivo às doações aos fundos e disse que a Receita Federal tem muito orgulho de participar desse processo, desde o início até o final. Ele lembrou que há duas formas de doação para Fundos do Idoso ou da Infância e do Adolescente. “uma forma, que é a mais antiga e mais tradicional, é a que o contribuinte vai doando durante o ano e, na hora da declaração [do IR], ele pega os comprovantes e, dentro dos limites, tem a dedução. O outro formato é daquele contribuinte que não doa durante o ano, mas, na hora de fazer a declaração do IR, informa o valor a ser destinado do imposto de renda que tem a pagar para os fundos”, explica Serpa.

Ao abordar o tema, a vice-presidente de Aposentadorias e Pensões, Tereza Liduína, informou que os nichos da sociedade que ajudariam muito no desenvolvimento desta política pública seriam os contadores e a Associação dos Municípios do Brasil, estimulando a criação de conselhos e fundos. “A partir do momento que toda essa cadeia tomar consciência

de que os Fundos são importantes e principalmente mais uma fonte de renda para os municípios, melhorará a arrecadação”, acrescentou.

O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários, Cesar Roxo, destacou que as lives produzidas pela ANFIP têm trazido discussões de suma importância para a sociedade. “Não é suficiente apenas ter vontade de ajudar, é necessário estar informado de que isso é possível”. O dirigente salienta, ainda, que as informações apresentadas, aliadas à vontade dos contribuintes, são suficientes para incrementar os recursos dos Fundos e transformar vidas.

Campanha ANFIP Solidária

Na ocasião, foi lançada pelo presidente Décio Lopes a Campanha ANFIP Solidária, que tem foco educacional e informativo visando incentivar a adesão da sociedade à doação para Fundos de Idosos, da Infância e da Adolescência, com o direito à dedução no Imposto de Renda. A Entidade disponibilizará em suas plataformas digitais as informações necessárias para que haja a mobilização das pessoas.

Assista [AQUI](#) à live completa.

ANFIP é recebida por secretário de Previdência Social

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, foi recebido na quinta-feira (26/11) pelo secretário de Previdência do Ministério da Economia, Naron Gutierrez Nogueira, e pelo subsecretário do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), Alex Albert. A reunião institucional ocorreu na Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e teve como objetivo a apresentação geral de demandas.

Na oportunidade, Décio Lopes, que também é conselheiro representante dos participantes do RPPS da União, tratou

sobre assuntos diversos relacionados ao Regime e apresentou suas preocupações em relação à instalação da Unidade Gestora Única prevista na Emenda Constitucional nº 103/19, que deve ser instituída até novembro de 2021.

A Unidade, após criada, terá por finalidade o gerenciamento e a operacionalização dos RPPS, incluindo a arrecadação e gestão de recursos e fundos previdenciários, realizando concessões, pagamentos e a manutenção dos benefícios.

Entidades debatem defesa do serviço público em reunião no Mosap



A ANFIP participou, na terça-feira (24/11), de reunião ordinária com as lideranças integrantes do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Instituto Mosap). O encontro, mediado pelo presidente do Instituto, Edison Haubert, teve o objetivo de tratar de assuntos gerais de interesse das entidades e seus representados.

Na oportunidade, o vice-presidente de Assuntos Parlamentares, José Avelino da Silva Neto, destacou que por mais que o andamento de projetos estejam mais lentos no Congresso Nacional devido o fim do ano, é necessário que as entidades fiquem atentas e mantenham a luta em defesa do

serviço público. “Não podemos parar, os direitos dos servidores devem ser garantidos pois foram duramente conquistados, não podemos abrir mão da estabilidade, realização de concursos públicos e do Regime Jurídico Único, temos que lutar até o último recurso”, completou.

Ao comentar o tema, o assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Antonio Romero, alertou os representantes sobre os projetos dos parlamentares que são contra o serviço público, entre eles a PEC 32/20 (Reforma Administrativa). “Nós temos que estar muito atentos para saber o que virá da ‘cartola’ desta turma”, criticou o assessor, que alertou também para os riscos da volta do trabalho presencial dos servidores públicos.

De acordo com Romero, o retorno da modalidade de trabalho incentiva a fragilidade do sistema, colocando em risco o servidor, seus familiares, o contribuinte e o cidadão atendido. “A situação tem que ser analisada e, em seguida, ser feita uma manifestação muito firme das entidades contra isto”, sugeriu.

Também estiveram presentes no encontro a vice-presidente de Aposentadorias e Pensões, Tereza Liduína Santiago Félix e o presidente da Estadual de São Paulo, Genésio Denardi. A próxima reunião acontece no dia 17 de dezembro às 10 horas.

BENEFÍCIOS

Planejar é pensar a longo prazo. Que tal dar um *up* no seu Planjus?

O plano de previdência complementar para membros de Carreiras Jurídicas Públicas e de Auditoria Fiscal da Receita Federal do Brasil, Jusprev, oferece aos participantes a oportunidade de fazer um aporte no plano de benefício previdenciário.

Com apenas três passos, é possível incrementar o seu saldo previdenciário, proporcionando segurança e tranquilidade para você e sua família.

Veja como é fácil:

- 1 – Acesse o portal Meu Futuro e faça o seu login – www.meufuturo.net.br/jusprev;
- 2 – Selecione a opção boleto; e
- 3 – Insira a data e o valor desejado.

Em caso de dúvidas, nossa Central de Relacionamento está disponível para atendê-lo(a) através do telefone (41) 9.9512-8377 ou pelo e-mail relacionamento@jusprev.org.br.

Banco Alfa oferece oportunidade única a associados. Confira!

Quer empréstimo consignado com as menores taxas de juros do ano? O convênio da ANFIP com o Banco

Alfa oferece taxas a partir de 0,65% a.m. Faça agora sua simulação. Acesse anfip.temvantagens.com.br.

Adquira o seu Consórcio Chevrolet

Com o programa Amigos Chevrolet, realizar o sonho de adquirir um carro está mais próximo do que você imagina!

O programa oferece várias opções de planos por meio do Consórcio Chevrolet. São parcelas que cabem no seu

orçamento, com valor do bem sempre atualizado, e você ainda concorre a prêmios semanais de R\$ 25 mil.

Para adquirir a sua cota do Consórcio Chevrolet, entre em contato: 0800 019 7760 ou (11) 93803-6257.

Aproveite as ofertas da Black Friday no seu Clube de Vantagens

Neste ano, a Black Friday está marcada para o dia 27 de novembro e o Clube de Vantagens exclusivo dos associados da ANFIP disponibilizou diversos descontos imperdíveis. São

várias lojas participantes, com promoções especiais. Não perca essa chance de economizar na compra de produtos. Acesse o site e garanta seu desconto: anfip.temvantagens.com.br.

Usuários do ANFIP/Unimed Vitória têm plano odontológico gratuito

Associado, você sabe que ao contratar o plano de saúde ANFIP/Unimed Vitória você também tem direito a um plano odontológico sem pagar nada a mais por isso? Pois todos os usuários do plano também recebem, sem custo adicional, proteção odontológica. A cobertura garante consultas, urgência 24 horas, prevenção, tratamentos de gengiva e de canal, radiografias e cirurgias, conforme Rol de Procedimentos da ANS.

Baixe o aplicativo da Unimed Odonto, acesse o sistema e realize o agendamento com autorizações on-line para diversos

procedimentos. Também é possível ter acesso à rede credenciada, à carteirinha virtual e à central de relacionamento 24 horas.

Além disso, o app traz uma seção exclusiva para garantir o bem-estar físico e mental de seus usuários, com ferramentas de monitoramento do sono, coach personalizado e dicas diárias para ajudar você a alcançar suas metas e objetivos. O serviço está disponível nas plataformas Google Play e Apple Store.

Em caso de dúvidas, acesse o site oficial da Unimed Odonto.

Conselho Fiscal da ANFIP realiza reunião ordinária

O Conselho Fiscal da ANFIP promoveu reunião ordinária, nesta sexta-feira (27/11), com participação da coordenadora Assunta Di Dea Bergamasco, e dos demais integrantes do CF: Maria Inez Rezende dos Santos Maranhão (relatora) e Lourival de Melo Lobo (suplente).

Na ocasião, os participantes deram continuidade à discussão da pauta abordada na reunião do grupo realizada no dia 03 de novembro. Entre os temas deliberados estão: fechamento do Relatório Gerencial dos meses de julho, agosto e setembro de 2020; análise do Relatório de Auditoria Independente, referente ao exercício 2019; e assuntos gerais de interesse da Entidade.



ANFIP participa de reunião do Fonasefe para organização de ato contra a Reforma Administrativa



O assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Antonio Romero participou, na terça-feira (24/11), da reunião do Fórum Nacional das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) para discutir

a realização de mais um Dia Nacional de Luta contra a Reforma Administrativa.

Os participantes deliberaram a criação de duas comissões para viabilizar a realização do ato, a primeira cuidará da organização e a outra dará encaminhamento ao agendamento de uma audiência pública. O movimento, programado para o dia 10 de dezembro, contará com atividades nos estados organizadas pelos fóruns estaduais e com um ato performático de destaque em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília.

Na oportunidade, os dirigentes do Fórum destacaram que consideram de extrema importância o engajamento das entidades participativas dos servidores públicos municipais e estaduais, trabalhadores das estatais e representantes das centrais sindicais para o sucesso da ação.

O grupo se reunirá novamente no dia 15 de dezembro para fazer a avaliação do ato.

Frente do Serviço Público discute estratégias de trabalho



Em continuidade aos trabalhos desenvolvidos pela Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, as entidades que a compõem se reuniram na segunda-feira (23/11). O encontro foi conduzido pelo vice-presidente de Política de Classe e Política Salarial da ANFIP, José Arinaldo Gonçalves Ferreira, e contou com a participação do assessor de Estudos Socioeconômicos, Wilson Antonio Romero.

Ao apresentar os últimos encaminhamentos do Congresso Nacional, Vladimir Nepomuceno, consultor político, explicou que o foco dos parlamentares está oficialmente direcionado para o 2º turno das eleições municipais. Nepomuceno também informou que a Reforma Administrativa não se resume à PEC 32/20 exclusivamente, pois, segundo o consultor, na Casa Civil existem pelo menos três projetos de lei relacionados à Reforma que tratam de avaliação de desempenho, teletrabalho e trabalho remoto e uma nova modelagem de estrutura para a área de

pessoal da União. “Eles não vão esperar acabar a tramitação da PEC 32/20 para que esses projetos sejam encaminhados”, lamentou.

Em sua fala, Wilson Romero destacou que é importante dar continuidade à articulação para manter os direitos já consagrados, como a estabilidade e o Regime Jurídico Único, porém, a Frente não deve se debruçar apenas sobre a pauta da Reforma, pois há outras pautas que também precisam de intervenção,

como o retorno dos servidores ao trabalho presencial determinado no dia 3 de novembro.

“Devemos formalizar uma carta de princípios para este retorno presencial com uma visão muito crítica e com apoio técnico de um epidemiologista e um médico do trabalho formulando quais são os protocolos e condições para que, de fato, os servidores tenham a mínima segurança para o retorno ao trabalho presencial”, sugeriu Romero.

Durante a reunião, os demais integrantes fizeram uma breve exposição das ações que cada entidade tem feito em defesa do serviço público e propuseram estratégias de trabalho.

Na oportunidade, foi apresentado aos participantes o manifesto divulgado pela Frente em 19 de novembro, em defesa da população que precisa do serviço público ([acesse aqui](#)). A próxima reunião do grupo está prevista para o dia 7 de dezembro.

ANFIP marca presença em VI Seminário Carf de Direito Tributário e Aduaneiro do Ministério da Economia

O presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, participou, na terça-feira (24/11), dos debates do VI Seminário Carf de Direito Tributário e Aduaneiro, promovido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

A conferência, realizada 100% em formato virtual, teve o objetivo de debater com especialistas e autoridades pautas do contencioso administrativo fiscal, promovendo, nesta edição, discussões sobre os temas: “Precedentes dos Tribunais Superiores em Matéria Tributária”; “Nulidades no Processo Administrativo”; “Responsabilidade Tributária”;

“Ato ilícito e Ato Fraudulento em grupos econômicos”; “Tributação na Economia Digital”; “Democracia, legalidade e Justiça” e “Medidas para Redução de Litígios no Brasil e os Tribunais Tributários da Ibero-América”.

Como mais um serviço destinado à sociedade, o evento celebrou ainda os 95 anos do Carf na prestação de serviços voltados à promoção da segurança jurídica e à garantia do direito ao contraditório e da ampla defesa, princípios constitucionais jurídicos fundamentais do processo judicial moderno.

Acesse a íntegra do Seminário [AQUI](#).

Prova de vida digital é lançada para servidores públicos federais: saiba se você está entre os selecionados

Na terça-feira (24/11), foi lançado pelo governo federal o projeto-piloto de prova de vida digital para servidores públicos federais, tendo sido selecionados, por ora, 10 mil cidadãos atendidos pelo Decipex. Posteriormente, pretende-se estender a funcionalidade a 700 mil aposentados, pensionistas e anistiados com biometria registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e/ou no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

O projeto tem por objetivo tornar dispensável o comparecimento às agências e órgãos de origem, trazendo mais praticidade e segurança ao procedimento e mais comodidade aos beneficiários. Outra prioridade é aprimorar a atuação das unidades de gestão de pessoas na Administração Pública Federal, tendo em vista a redução de visitas técnicas e atendimentos presenciais no local.

Para ter acesso ao serviço exclusivo, os beneficiários convidados deverão ficar atentos aos comunicados disponibilizados na Central de Mensagens do Sigepe, bem como nos e-mails cadastrados no site. Após a confirmação da participação, é necessário fazer o download dos aplicativos Sigepe Mobile e Meu Gov.Br, disponíveis nas plataformas Play Store e Apple Store.

Ainda não foram divulgadas informações sobre a duplicidade do processo para os segurados do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e/ou do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS). Convém, portanto, entrar em contato diretamente com o órgão emissor, a fim de evitar qualquer divergência ou irregularidade.

Acesse o passo a passo clicando [AQUI](#).

GEAP Saúde implementa atendimento on-line



Você já pensou em ter uma equipe médica disponível para você, onde estiver, na hora que precisar? Sim, isso é possível. A GEAP Autogestão em Saúde em parceria inédita com a Amparo Saúde, inaugura uma solução completa de atendimento à distância, por teleconsulta, realizada por uma equipe médica de excelência para acompanhar sua saúde, 24 horas por dia, 7 dias da semana.

Agende seu atendimento de segunda a sexta, finais de semana e feriados pelo telefone 3003-0446 ou pelo site: <http://tiny.cc/geapamparo>. Acesse o Guia Prático de Cuidados com todas as instruções [aqui](#).

Fundação Viva de Previdência divulga rentabilidade nominal do Plano

A Fundação Viva de Previdência (VivaPrev) divulgou que a rentabilidade nominal do Plano, acumulada de janeiro a dezembro de 2019, foi de 14,51%, superando a meta atuarial de INPC + 4,06%, que totalizou 8,72%.

Em decorrência do resultado alcançado, foi definida a suspensão total das contribuições dos participantes a partir de junho de 2019, sendo efetuada a transferência da reserva especial para o fundo previdencial do valor correspondente ao cálculo atuarial para esta finalidade, referente ao período de junho de 2019 a janeiro de 2023, no valor de R\$ 165.551.274,77.

No fechamento do exercício de 2019, o saldo foi recalculado atuarialmente, sendo avaliado em R\$ 122.395.205,71. Esta provisão será recalculada mensalmente com embasamento técnico atuarial, equivalendo a cada mês ao valor presente atuarial das contribuições futuras para o plano com data final em janeiro de 2023.

A suspensão de contribuição citada decorreu de revisão obrigatória a cada três anos do plano de benefícios, conforme previsto na CGPC Nº 30, de 10 de outubro de 2018. Como a suspensão de contribuição não consumiu toda a Reserva Especial, foi criado o Benefício Especial em Vida – BEV, de valor total de R\$ 775.948.209,63, sendo alocado em saldo individual dos participantes ativos na proporção de sua Reserva Matemática individual avaliada em fevereiro de 2019.

A longo do ano de 2019, parte dos participantes optaram pela conversão para Conta Individual do patrimônio associado a Reserva

Matemática individual relativa ao benefício de Pecúlio Por Morte, o qual computava proporcionalmente todo o excedente patrimonial apurado no mês da conversão, não lhes cabendo então direito ao benefício do BEV.

Portanto os participantes do Plano que não fizeram a opção de conversão para uma conta individual relativa ao Plano de Pecúlio por Morte, com direito ao recebimento em vida, têm direito a requerer o Benefício Especial em Vida. Os requisitos para requerer o BEV são 55 anos de idade e pelo menos 60 meses de vinculação ininterrupta ao plano.

O BEV pode ser recebido em parcela única ou em parcelas consecutivas, tendo por limites o valor mínimo da parcela, atualmente de R\$ 250, e enquanto existir saldo na conta especial do participante. Os valores recebidos serão deduzidos do saldo de cotas do participante. Na ausência do participante e caso exista saldo na sua conta individual especial, o valor será pago aos beneficiários indicados para o recebimento do Pecúlio por Morte (PPM), no percentual estabelecido para cada um.

É importante ressaltar que os peculistas que já resgataram o fundo por meio de prestações mensais não têm eventuais valores a perceber.

Para saber detalhes, se tem direito aos benefícios e como auferir, os peculistas podem entrar em contato com a Vivaprev pelo telefone 0800 720 5600 ou pelo endereço <https://vivaprev.com.br/fale-conosco/>.

ESTADUAIS

ANFIP-PE tem nova presidente

Em virtude da renúncia de Paulo Correia de Melo da presidência da ANFIP-PE, Estadual da ANFIP em Pernambuco, assumiu o mandato, a partir do último dia 17, Rita de Cássia Cavalcanti Couto, até então vice-presidente da entidade.

Rita de Cássia permanece no cargo até as próximas eleições,

marcadas para janeiro de 2022. “Estou à disposição de todos vocês. Agradeço pela confiança e peço a Deus para desempenhar mais uma vez essa presidência, da melhor forma possível”, afirmou.

Confira [AQUI](#) a composição do Conselho Executivo.

Novo projeto de integração virtual da Agafisp é discutido com representantes

O presidente da Estadual da ANFIP no Rio Grande do Sul (Agafisp), Luiz Carlos Santos da Silva, e o vice-presidente José Amilton Vieira Freire, realizaram, na quinta-feira (26/11), teleconferência com diversos representantes e conselheiros no interior do Estado, apresentando um novo projeto de integração virtual com os associados, inicialmente batizado de Agafisp Mais Perto de Você.

O vice-presidente tratou da criação de novos grupos de comunicação virtuais, utilizando os aplicativos digitais disponíveis (em especial, o Whatsapp), e divulgou as diversas plataformas

onde os associados podem acompanhar as atividades da Diretoria e se comunicar com a entidade, no novo sistema Agafisp Digital.

O projeto está em construção e deverá contar com a colaboração de todos os representantes e conselheiros para ser concretizado, sob a supervisão da vice-presidência e cooperação dos demais diretores.

Participaram do encontro virtual os conselheiros Antônio Augusto Cavalheiro Pires, Dilma Oliveira da Silva, Luiza Salete Dalla Zen, Paulo Roberto Finger, além dos diretores Elisabete dos Santos Diniz, Nereu Capeletti, Rudimar Nunes Fraga e Vilson

ANFIP apresenta demandas de associados à equipe do Decipex



A ANFIP deu nesta sexta-feira (27/11) o primeiro passo para tornar os sistemas do Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos - Decipex mais amigáveis aos usuários, que são os associados da entidade. Em reunião com o diretor do Departamento, Marco Aurélio Alves da Cruz, e com os assessores Anderson Caires e Daniela Nunes, foram apresentadas várias dificuldades relatadas pelos associados e solicitada medidas para minimizar os impactos das mudanças relacionadas à centralização do atendimento e prestação de serviços.

“Existe um clamor dos associados em relação à dificuldade de se obter informações quanto aos encaminhamentos e pedidos”, disse Décio Lopes ao justificar o pedido da reunião com o Departamento. O presidente colocou a Entidade à disposição para colaborar com o que for preciso para orientar os usuários quanto à melhor forma de utilização dos sistemas.

As vice-presidentes Tereza Liduína Santiago Félix (Aposentadorias e Pensões) e Maria Beatriz Fernandes Branco (Assuntos Jurídicos), que também participaram da reunião, apresentaram questões pontuais de associados e, ainda que reconheçam a importância da informatização, entendem que algumas mudanças podem demorar um pouco para serem compreendidas. “Reconhecemos a importância da informatização, mas nos deparamos com a dificuldade de alguns associados. Enquanto isso, gostaríamos de colaborar no sentido de fortalecer essas novas medidas. Elas serão importantes para a gestão”, frisou Tereza Liduína.

Maria Beatriz enumerou ainda outras questões relatadas por associados, como a omissão do reembolso para aqueles que

têm plano de saúde privado, a demora para o atendimento dos pedidos de pensão e o não atendimento de requisição da isenção do imposto de renda no caso de moléstia grave. “Mudança é uma coisa difícil. Mas precisamos nos adequar. Demora, mas conseguimos. Temos que contornar esses problemas”, frisou.

Marco Cruz solicitou que todas as demandas recebidas pela Associação sejam encaminhadas para a equipe do Decipex, que fará a análise dos casos. Muitas questões abordadas, segundo o diretor, já são de conhecimento da unidade e estão sendo trabalhadas. O diretor explicou que o Departamento já centralizou 170 mil vidas e a expectativa é que este número chegue a 450 mil. “Um público desse tamanho, a gente precisa estar preparado para trabalhar com diversos canais de forma simplificada, entendendo que a questão digital é diferente para cada pessoa”, ressaltou. Ele agradeceu a iniciativa da ANFIP de levar diferentes percepções dos usuários. “A gente quer saber quais são essas dificuldades para que a gente melhore. Temos uma equipe engajada que realmente quer prestar um bom serviço público”, garantiu. Marco Cruz sugeriu ainda que seja feito um trabalho conjunto, com a ANFIP atuando como replicadora de informações, apoiando tanto o Decipex quanto os aposentados e pensionistas.

Neste sentido, o presidente da ANFIP solicitou uma nova reunião, desta vez com os representantes das Estaduais, para que o Decipex leve informações necessárias para que as dúvidas dos associados, em seus estados, possam ser resolvidas. Também ficou acertada uma conversa mais técnica para que a ANFIP possa replicar aos associados os materiais informativos do Departamento.